



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**A REALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA
EDUCAÇÃO INFANTIL NO CEI DO SISTEMA
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FORTALEZA- CE**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Jacqueline Alves Abreu

**Fortaleza, CE, Brasil
2011**

**A REALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL NO
CEI DO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FORTALEZA- CE**

por

Jacqueline Alves Abreu

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientador: Prof. Hugo Antônio Fontana

Fortaleza, CE, Brasil

2011

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**A REALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO
INFANTIL NO CEI DO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
FORTALEZA- CE**

elaborada por
Jacqueline Alves Abreu

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Hugo Antônio Fontana, Dr.
(Presidente/Orientador)

Celso Ilzo Henz, Dr. (UFSM)

Lorena Inês Peterini Marquezan, Ms. (UFSM)

Fortaleza, 16 de setembro de 2011.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

A REALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CEI DO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FORTALEZA- CE

AUTORA: Jacqueline Alves Abreu
ORIENTADOR: Hugo Antônio Fontana
Data e Local da Defesa: Fortaleza/CE, 16 de setembro de 2011.

O presente trabalho apresenta uma análise da realidade das políticas públicas num Centro de Educação Infantil - CEI do Sistema Municipal de Educação de Fortaleza-CE, procurando ressaltar a importância da gestão escolar na execução dessas políticas no âmbito da creche. Para realização desse trabalho foi feito um estudo sobre o conceito de políticas públicas, a trajetória da Educação Infantil e a legislação sobre essa modalidade de ensino, uma reflexão sobre desenvolvimento infantil e a análise dos dados coletados. Tem como categorias a gestão escolar, a Educação Infantil e as políticas públicas. A monografia tem como finalidade confrontar as políticas públicas para Educação Infantil com a realidade existente entre um CEI da rede Municipal de Educação de Fortaleza, bem como discorrer sobre a gestão da instituição pesquisada de como viabiliza o desafio da realidade com o que existe na legislação. Para realizar o trabalho foi usada uma pesquisa qualitativa descritiva onde foi considerado o pesquisador como instrumento fundamental, o ambiente como fonte de dados, seu caráter descritivo e enfoque indutivo. Esta pesquisa trabalhou com os significados, as emoções, os motivos, as aspirações, as crenças, valores e atitudes de todos que tiveram participação. A partir de entrevistas, observações e questionários com os diferentes segmentos que fazem a instituição pode-se tecer uma análise dos dados coletados.

Palavras-chave: Educação Infantil. Políticas Públicas. Gestão Escolar.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

A REALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CEI DO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FORTALEZA- CE

THE REALITY OF PUBLIC POLICY IN CIS TO EARLY CHILDHOOD EDUCATION
SYSTEM OF EDUCATION CITY FORTALEZA- CE

AUTHOR: Jacqueline Alves Abreu

ADVISER: HUGO ANTÔNIO FONTANA

Data e Local da Defesa: Fortaleza/CE, 16 de setembro de 2011.

This paper presents an analysis of actual public policy in a kindergarten of the Municipal Fortaleza-Ce, trying to highlight the importance of school management in implementing these policies within the nursery. To carry out this work was done a study on the concept of public policy, the trajectory of early childhood education and legislation on this type of education, a reflection on child development and analysis of data collected. The paper aims to confront the public policy for Early Childhood Education with the reality that exists between a municipal nursery in Fortaleza as well as discuss the management of the institution researched how feasible the challenge of reality that exists in the legislation. To perform the work was used a descriptive qualitative research where the researcher was regarded as a fundamental instrument, the environment as a source of data, its descriptive and inductive approach. This research worked with the meanings, emotions, motives, aspirations, beliefs, values and attitudes of all who have participated. Based on interviews, observations and questionnaires to the different segments that make up the institution can make an analysis of data collected.

Keywords: Early Childhood Education; Public Politics; School Management.

AGRADECIMENTOS

A Deus por me conceder essa maravilhosa experiência,
A minha família pela compreensão da ausência,
Ao meu orientador Prof. Hugo Fontana pelas intervenções
E as tutoras Eliane Lobo e Selma Bessa que com dedicação
conduziram-me nesse trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1-POLÍTICAS PÚBLICAS	10
1.1-Trajectoria da Educação Infantil	11
1.2- Constituição de 1988 e Lei de Diretrizes e bases da Educação – LDB ...	13
1.3-Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil	14
1.4-Proposta Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação do Município de FORTALEZA – CE	15
2- DESENVOLVIMENTO INFANTIL	17
2.1-Contribuições de Piaget	17
2.2-Contribuições de Vigotsky	18
2.3-Contribuições de Wallon	20
3-METODOLOGIA	22
3.1- Procedimentos e instrumentais adotados	22
3.2- Análises dos Dados	23
4-CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	29

Ao longo dos anos a Educação Infantil tem passado por mudanças que vão desde os conceitos de criança, infância e educação às diretrizes pedagógicas e organizacionais. O atendimento das crianças de 0 a 5 anos, na rede pública, é de responsabilidade do município e a procura por este vem crescendo a cada ano, embora ainda haja uma grande distância entre o que se oferece de vagas e a demanda existente. O cuidar e o educar, ações consideradas indissociáveis nas práticas desenvolvidas na Educação Infantil, estão sendo cada vez mais refletidas no meio educacional tanto por professores como pela equipe que dirige a instituição.

Diante do quadro exposto acima e como profissional da área vivenciando todos os dias essas questões, entre outras que dizem respeito às políticas públicas da Educação Infantil, surgiu o interesse em estudar o assunto com mais profundidade. Para o estudo do tema proposto foi delimitada a seguinte questão enquanto problema da pesquisa: Em quais aspectos as práticas de Educação Infantil da instituição escolhida para pesquisa se aproximam das políticas públicas dessa modalidade de ensino?

Para a realização deste trabalho alguns objetivos foram traçados para que se delimitasse um foco em sua execução, tendo como objetivo geral: Conhecer a realidade das políticas públicas da Educação Infantil de uma instituição pública que atende crianças de 1 a 3 anos de idade situada no município de Fortaleza – CE. Dentre os objetivos específicos temos: Estudar os documentos relativos às políticas públicas da Educação Infantil; Observar o dia-a-dia de uma escola de Educação Infantil selecionada; Comparar as práticas observadas com as diretrizes legais para Educação Infantil; Identificar as ações gestoras nas práticas desenvolvidas na instituição pesquisada.

Esta monografia terá três categorias de análise distintas que são: políticas públicas, Educação Infantil e gestão escolar. A análise de documentos legais como a Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, os Referenciais Curriculares para a Educação Infantil, a Proposta Pedagógica da Educação Infantil do Município de Fortaleza bem como resoluções do Conselho Municipal de Educação serão de grande relevância para a execução desse estudo. Teóricos como Piaget, Vigotsky, Wallon, Krammer, entre outros, que estarão contribuindo com este trabalho monográfico.

O presente trabalho está assim estruturado: o primeiro capítulo discute o referencial

teórico com o seguinte desenvolvimento: políticas públicas conceito e comentários, a trajetória da educação infantil, a Constituição de 1988 e a LDB de 1966, o Referencial Curricular Nacional e a Proposta Pedagógica da Educação Infantil de Fortaleza. O capítulo seguinte apresenta as contribuições dos teóricos para o desenvolvimento infantil. O último capítulo traz os Procedimentos Metodológicos e a Análise dos Dados na pesquisa de campo, finalizando essa monografia nas Considerações Finais.

1-POLÍTICAS PÚBLICAS

O estudo sobre políticas públicas foi feito a partir de leitura dos autores Souza, Fernandes, Verza e Meksenas que conceituam e fazem críticas à estas, trazendo suas diferenças entre si. Uma visão geral sobre o tema é assunto do início deste capítulo que pretende abrir um espaço para mostrar sua importância que mesmo sendo discutido em todas as áreas do conhecimento, obteve maior destaque na ciência política.

Souza (2006 p. 45) considera a política pública como um equilíbrio no orçamento entre a receita e a despesa. Na essência as políticas públicas para esse autor estão diretamente ligadas ao Estado que vai determinar como estas serão usadas em benefício dos cidadãos.

Para Fernandes (2007) a ideia de políticas públicas se manifesta através das dimensões administrativo técnico e o aspecto político.

Verza (2000) faz uma discussão diferente de políticas públicas, pois o processo de globalização em desenvolvimento cria desempregos e exclusão social. Para que haja mudanças nessa forma de globalização os municípios tornam-se muito importantes, pois é nesse âmbito que se manifesta a participação dos cidadãos, eles reivindicam melhorias e ajudam a administrar seus recursos.

O autor acima coloca a importância de já em tenra idade incentivarmos às crianças a participarem de decisões políticas dentro da escola para que possam se tornar futuros cidadãos conscientes que se preocupem com o espaço público.

Dentro de uma visão Marxista, Meksenas (2002), mostra que as políticas públicas são um meio que o Estado utiliza para ajudar os mais excluídos a ascender socialmente, mas um modo usado pelo sistema capitalista de se manter no poder sem a reclamação da parte periférica da sociedade. Como pode ser visto no seguinte trecho:

O conceito de políticas públicas aparece vinculado ao desenvolvimento do Estado capitalista e esse às relações de classe. No século XX, as políticas públicas são definidas como um mecanismo contraditório que visa à garantia da reprodução da força de trabalho. Tal aspecto da organização do Estado nas sociedades industriais, não traduz um equilíbrio nas relações entre o capital e o trabalho (MEKSENAS, 2002 p. 77).

Meksenas (2002) quer mostrar a exclusão da população das decisões do Estado que usa recursos públicos para o investimento das grandes empresas que muitas vezes são multinacionais. E não se voltam para os reais problemas brasileiros e muitas vezes os investimentos são feitos em outros países, criando uma política onde o domínio sobre os menos favorecidos é crescente e passam a manter uma ilusão que os mesmos podem ascender futuramente.

Torna-se interessante fazer uma reflexão de como esse conceito tem sido utilizado na política como um “orçamento participativo” falso que desenvolvem impostos abusivos, e que muitas vezes não é direcionado para benefício da população em geral. No entanto, é necessária uma política pública como um cálculo que preside ação, e que avalie as ações em vista de todos os cidadãos que pagam impostos.

1.1. Trajetória da Educação Infantil

Ao longo dos anos a concepção de infância tem apresentado grandes mudanças. Inicialmente a criança era considerada um adulto em miniatura, não existia a consciência sobre o universo infantil. A partir dos séculos XIX e XX, esta fase da vida humana começa a ocupar lugar de destaque no seio familiar e social. É um ser de pouca idade que deve ter lugar, tempo, espaço e cuidados diferenciados.

Segundo Áries, até o século XVII, a socialização da criança e a transmissão de valores e conhecimentos não eram asseguradas pelas famílias. Como consequência desse olhar diferenciado que foi dado à infância, surgem às primeiras instituições destinadas a atender crianças pequenas, inicialmente, para o cuidado e a assistência às crianças órfãs, filhas de guerra ou do abandono da pobreza e da migração.

Segundo Sanches (2004), a idéia de creche surge na Europa, no final do século XVIII e início do século XIX, a creche propunha-se guardar crianças de 0 a 3 anos, durante o período de trabalho das famílias, a instituição creche nasce de uma necessidade atrelada ao nascente capitalismo e urbanização. Ainda segundo a autora, no Brasil, a creche surge no final do século XIX, decorrente do processo de industrialização e urbanização do país. Nesse período ocorre o crescimento das cidades localizadas nas regiões ricas, pela migração das áreas mais pobres que buscavam trabalho e melhores condições de vida.

A escola por muito tempo ignora as diferenças de idade e se concentra na disciplina. A utopia do ensino universal não era defendida pela grande maioria dos educadores do século XVIII, que propunham uma educação diferenciada de acordo com o status social. Para eles o pensamento tradicional de separação entre o trabalho manual/braçal e o intelectual era uma verdade, pois pertenciam a mundos diferentes.

No Brasil em 1875, surgem os primeiros jardins de infância que são inspirados na proposta de Froebel. A princípio visava atender às crianças filhas da emergente classe média industrial e era de caráter privado. Após reformas jurídicas educacionais, o atendimento pré-

escolar em 1930 passa a contar com a participação direta do setor público. Este por sua vez pretende atender as lutas sindicais da classe trabalhadora e a nova ordem legal da educação pública e gratuita.

Hoje a realidade na educação infantil conta com conquistas consideráveis. Alguns fatores contribuíram para o crescimento desse nível da educação básica, entre eles destacamos:

- a participação ativa da mulher no mercado de trabalho, fora de casa, levantando a incerteza de onde deixar os filhos e com quem;

- conhecimentos científicos do processo de desenvolvimento da criança, iniciado por Jean Piaget;

- estudos de psicologia, voltados para a infância, em que se ressalta a grande importância do apoio psicológico, social e cognitivo, de 0 a 6 anos de idade.

- conscientização de professores, pais e estudiosos, dos direitos da criança à educação, também nos primeiros anos de vida.

As mudanças históricas da sociedade capitalista no Brasil, principalmente após a década de 1980, levaram ao estabelecimento de políticas educacionais que destacaram a indissociabilidade entre o cuidar e o educar na Educação Infantil. Essa transição, porém não tem sido fácil, visto que nas creches e pré-escolas públicas ainda o cuidar sobrepõe-se ao educar.

A Educação Infantil não é assistencialismo. É um direito das crianças e de suas famílias, e não um favor. Etapa fundamental do sistema educacional deve ser garantida pelo Estado e exercida por profissionais qualificados e em locais adequados para este fim, como creches e pré-escolas. Atualmente, a maioria das mudanças que se pretendem na área de Educação Infantil resulta da LDB. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) define entre outras coisas, que a educação infantil “tem como finalidade o desenvolvimento integral das crianças até cinco anos de idade, em seu aspecto físico, psicológico, intelectual e social...” (art. 29).

E finalmente a Educação Infantil com caráter de desenvolver integralmente a criança associando ações entre o cuidar e o educar, porém com o objetivo de gerar capital humano. Desta forma podemos verificar que conforme Kramer (1987) o atendimento à criança pequena no Brasil tem, e continua tendo, um histórico de fragmentação e de superposição. Ora se combate questões familiares, ora a saúde, ora a criminalidade, ora a educação.

A trajetória da Educação Infantil no Brasil tem diferentes momentos, inicialmente assistencialista, passando pelo atendimento preparatório e atualmente chegando à concepção

educativa.

1.2- Constituição de 1988 e Lei de Diretrizes e bases da Educação – LDB

Analisando a Constituição de 1988 e a LDB de 1996 constatamos que foi a partir dessas duas leis que encaminhamentos na área da Educação Infantil foram iniciados e conseqüentemente os desafios e as perspectivas tem sido colocados.

Considerada o primeiro passo para o reconhecimento legal da Educação Infantil, a Constituição de 1988 foi resultado de uma luta travada por educadores e sociedade civil, que acreditavam na importância do reconhecimento de uma política voltada para Educação Infantil.

O art. 208, IV, inscreve o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade entre os deveres do Estado / Poder Público para com a educação, reconhecendo, pois, a creche como instituição educativa.

De acordo com a Constituição Federal e a LDB, a Educação Infantil é:

- direito da criança (e da família)
- dever do Estado / Poder Público (e da família)
- gratuita nos estabelecimentos oficiais.

A Educação Infantil na LDB é definida como primeira etapa da educação básica sua finalidade é o desenvolvimento integral da criança, nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social; Complementa a ação da família e da comunidade no desenvolvimento da criança, sendo, pois, necessária a integração escola-família-comunidade e é oferecida em Creches ou entidades equivalentes para crianças de zero a 3 anos e pré-escolas para crianças de 4 a 6 anos. A avaliação da criança deve ser realizada sem objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental.

A LDB (art. 9º, inciso IV) prevê o estabelecimento de competências e diretrizes nacionais para a Educação Infantil. O Parecer nº. 22/98 e a Resolução nº. 1/99 CEB/CNE institui as diretrizes curriculares para a Educação Infantil, para nortear a organização das propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil.

A Constituição Federal, art. 211, § 2º, e a LDB, art. 11, V, a Educação Infantil constitui área de atuação prioritária dos Municípios. Dito de outra forma constitui responsabilidade dos Municípios a oferta da Educação Infantil à população brasileira. Segundo a Constituição Federal, art. 211, § 1º, e a LDB, art. 9º, III, a União tem a

incumbência de prestar assistência técnica e financeira aos Estados, DF e Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino, exercendo função supletiva e distributiva (com prioridade para o ensino fundamental).

No entanto, a União vem cumprindo essa determinação legal por meio de várias iniciativas do MEC: 1. Coordenação da elaboração de vários documentos, entre eles Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) e Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de Educação Infantil (1998); 2. Em 2000, realização pelo INEP do primeiro Censo da Educação Infantil, cujos resultados preliminares, divulgados em setembro de 2001, permitem um diagnóstico mais preciso da Educação Infantil no País; 3. Promoção, com financiamento do FNDE, de programas para formação continuada com base no Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, e liberação de recursos para ampliação e construção de novas escolas.

Essas iniciativas nos mostram que o governo Federal vem trabalhando no sentido de cumprir com o que há na legislação, à população resta apenas acompanhar e exigir o que está na lei.

1.3- Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil

Este documento tem a finalidade de contribuir com a implantação de práticas educativas de qualidade que promovam e ampliem as condições necessárias para o desenvolvimento das crianças.

Constitui-se de referências e orientações pedagógicas que visem a colaborar com as políticas e programas de Educação Infantil no intuito de ser uma proposta aberta, flexível e não obrigatória que servirá de subsídios para os sistemas educacionais, na elaboração de programas e currículos condizentes com suas realidades e singularidades.

Nessa perspectiva, esse referencial só tem sentido se traduzir a vontade de todos os envolvidos com a educação das crianças que irão problematizá-los a medida que os mesmos não estiverem de acordo com o desenvolvimento infantil.

Este não tem a pretensão de resolver os complexos problemas dessa etapa educacional, porém pode funcionar como elemento norteador de ações na busca de melhoria de qualidade da Educação Infantil brasileira.

Sabemos que a busca pela qualidade do atendimento envolve políticas públicas, decisões de ordem orçamentária, à implementação de políticas de recursos humanos, espaço

físico adequado entre outras questões como à adoção de propostas educacionais compatíveis com a faixa etária nas diferentes modalidades de ensino.

A organização curricular do Referencial foi feita a partir de diagnósticos das propostas pedagógicas e currículos de Educação Infantil de vários estados e municípios e aponta o universo cultural da criança como ponto de partida para o trabalho desenvolvido, defendendo uma educação democrática e transformadora objetivando formar cidadãos críticos, autônomos e conscientes de seus deveres e direitos.

Na tentativa de tornar clara uma possível forma de articulação, a estrutura do Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil relaciona objetivos gerais e específicos, conteúdos e orientações didáticas numa perspectiva de operacionalização do processo.

1.4 Proposta Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação do Município de FORTALEZA – CE

A Proposta Pedagógica de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Fortaleza está em consonância com a LDB 9394/96 que estabelece a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica e com a Resolução Nº. 01/199 de abril de 1999 da CBE/CNE que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Tem como objetivo principal contribuir com a qualidade do atendimento nas instituições que atendem crianças até cinco anos em Fortaleza e oferecer subsídios para que todas elas elaborem suas próprias propostas.

A qualidade na Educação Infantil não deve ser vista como um repertório de traços e características gerais, mas como algo que deve ser alcançado todos os dias, algo construído por todos que fazem a instituição.

Nesse aspecto deve ser lembrado o importante papel do professor, que deve ser bem qualificado, valorizado e reconhecido como profissional da educação para que possa garantir os processos de desenvolvimento, aprendizagem e bem-estar das crianças. Para que sua função seja desenvolvida é necessário que ela tenha uma formação específica levando em conta o desenvolvimento, a vulnerabilidade social das crianças, reconhecendo suas competências sociopsicológicas e abrangendo o educar e cuidar e que disponha de condições adequadas de trabalho e apoio técnico e pedagógico, bem como salários dignos.

Buscando um melhor atendimento à criança pequena a Prefeitura Municipal de Fortaleza através da Secretaria Municipal de Educação firmou convênio de assessoria técnica com a Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará para reelaboração de sua proposta pedagógica.

Na proposta há um conceito dinâmico de qualidade, a concepção de criança como ser humano atuante, completo, histórico e que aprende e se desenvolve através das interações com o meio social no qual está inserido a partir de aspectos de VIGOTSKY, PIAGET E WALLON.

O desenvolvimento da autonomia, da capacidade de cooperação e de inserção crítica na sociedade e a construção de conhecimentos pela criança são pontos que abrange o currículo dessa proposta.

A intenção é que a partir dessa proposta as instituições de Educação Infantil possam elaborar junto com seus profissionais um estudo sobre o que aqui é sugerido e possam elaborar sua própria proposta considerando a realidade de seu dia- a -dia.

A Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza vem mostrando-se nos últimos anos preocupada com a Educação Infantil principalmente no que diz respeito às crianças de zero a três anos de idade. A municipalização das creches que agora se chamam CEI, outrora essas eram administradas por Associações de bairro mantidas pelo Governo do Estado; o concurso para professor de Educação Infantil, a capacitação periódica de todos fazem a instituição são formas de políticas públicas visualizadas para essa modalidade de ensino pelo município de Fortaleza.

2. DESENVOLVIMENTO INFANTIL

O propósito deste capítulo é discorrer sobre o desenvolvimento das crianças, a partir das contribuições de Piaget, Vigotsky e Wallon. Falar em Educação Infantil passa necessariamente pelas teorias de desenvolvimento infantil. As contribuições Piagetianas, Vigotskyanas e Wallonianas no desenvolvimento infantil são para o meio educacional uma base, um alicerce para trabalharmos com esta faixa etária. As mesmas servem para compreender os processos de aquisição da aprendizagem e o desenvolvimento no meio infantil, essas contribuições nos dão um suporte ao estabelecermos relações entre os aspectos cognitivo, social e afetivo.

Compreender os processos de construção do conhecimento bem como a apropriação de elementos para que esse ocorra, denota a importância do tema para essa etapa da educação básica. O brincar e sua relevância no desenvolvimento das crianças revelam que é de importância crucial o lugar que esta tem ocupado na Educação Infantil.

2.1 Contribuições de Piaget

A abordagem Piagetiana (1989) implica nas apropriações das relações sujeito-objeto. O indivíduo ao se relacionar com o meio retira deste subsídio para sua construção intelectual, tornando essa interação um elemento de grande relevância devido aos estímulos que favorecem à criança. Nesse sentido, as relações que se dão entre criança/criança; criança/professor colaboram e enriquecem as experiências vividas.

A ação da criança sobre o objeto numa perspectiva social vai contribuindo para sua construção cognitiva, ou seja, ao agir sobre o objeto a criança lhe dá significados. Estes, ao serem transformados, vão ser ressignificados pela criança a partir de novas situações de interação onde num movimento espiral vai construir e reconstruir. A criança ao se apropriar do objeto do conhecimento age sobre o mesmo transformando para dar-lhe novo significado.

Para Piaget o desenvolvimento da criança ocorre de forma espiral através de estágios cognitivos que elas passam que são o sensório-motor de 0 a 2 anos, as operações pré-operatórias de 2 a 7,8 anos, as operações concretas de 8 a 11 anos e estágio das operações formais de 11 a 14 anos. No processo de construção do conhecimento existe um equilíbrio entre os atos de adaptação do meio físico e a organização destes ao meio ambiente.

A construção do conhecimento em Piaget passa por um processo onde é necessária

uma acomodação para que possa ser assimilado e entre em equilíbrio. Para que isso aconteça chega a progredir e regredir até chegar a total equilíbrio. Isto ocorre devido a interação do sujeito com o objeto tentando assimilá-lo. A criança ao passar por novas experiências adapta esses novos estímulos às estruturas cognitivas que já possui e a isso chamamos de assimilação. A acomodação se dá quando a criança ao interagir com o meio cria novos esquemas aos já assimilados ou os modifica. O balanço entre assimilação e acomodação é chamado de adaptação.

Piaget em seus estudos nos proporciona uma vasta contribuição epistemológica. A construção do conhecimento é de caráter universal pois todo ser humano constrói conhecimento, o que vai sofrer variações são os conteúdos culturais em que o indivíduo está inserido. A gênese desse conhecimento, para Piaget está no próprio sujeito, ou seja, o pensamento lógico-matemático que é construído na interação homem-objeto, através do meio físico e social, não deixando de lado a reflexão focalizando o processo interno dessa construção onde a maturação e equilíbrio do indivíduo ao meio é importante.

Sua abordagem é construtivista porque ajuda a compreender o conhecimento científico na perspectiva da criança que pensa. Na teoria de Piaget o sujeito é um ser ativo que estabelece relações com o meio (físico, social) num sistema de relações vivenciadas e significativas, resultado das ações do indivíduo sobre o meio.

2.2 Contribuições de Vigotsky

Em suas teorias, Vigotsky coloca a interação social como a base para o desenvolvimento que é resultado de um processo social-histórico. É na relação com o outro que se dá a aprendizagem. Para esse teórico cognitivo e social estão sempre se entrelaçando. O ser humano é intrinsecamente social e cultural, portanto é necessária a compreensão da criança como um ser histórico, social e cultural.

A apropriação do universo cultural possibilita as crianças a internalização das funções psíquicas superiores que serão responsáveis pelo pensamento e o planejamento.

A aprendizagem e o desenvolvimento se interrelacionam, ou seja, ao aprender a criança se desenvolve e este desenvolvimento gerará novas aprendizagens. A aprendizagem promove o desenvolvimento e este abre possibilidades para novas aprendizagens.

A teoria elaborada por Vigotsky traz dois níveis de desenvolvimento: o real e o potencial. O real é todo aquele conhecimento consolidado que já existe quanto ao potencial é

aquele em que o indivíduo é capaz de desenvolver. Vigotsky elaborou o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) que é a distancia entre o nível real e o potencial.

O principal conceito da teoria de Vygotsky é o de Zona de Desenvolvimento Proximal, que ele define como a diferença entre o desenvolvimento atual da criança e o nível que atinge quando resolve problemas com auxílio, o que leva à consequência de que as crianças podem fazer mais do que conseguiriam fazer por si só.

Nessa abordagem o professor tem papel importante, pois sua prática pedagógica deve voltar-se para os avanços na ZDP e é um fator que muito contribui é a brincadeira. Como diz o trecho do Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil:

A brincadeira favorece a auto-estima das crianças, auxiliando-as a superar progressivamente suas aquisições de forma criativa. Brincar contribui, assim, para a interiorização de determinados modelos de adulto, no âmbito de grupos sociais diversos. (RCNEI, 1998 p.10)

A escola tem grande significado à aprendizagem, o aluno é capaz de produzir algo novo no desenvolvimento após ser inserido em um novo contexto, embora já traga para a escola uma significativa bagagem que deve ser considerada. Cabe ao professor interferir na ZDP com atividades estimulantes que promovam avanços significativos, considerando o lúdico como fator importante no que diz respeito a elaboração de regras, por exemplo.

A linguagem e o pensamento também têm inter-relação fundamental, um proporcionando recursos ao outro. Para esse teórico a linguagem antecede o pensamento e tem papel essencial na sua formação. Vygotsky observa que o pensamento da criança inicialmente evolui sem a linguagem, assim como os seus primeiros balbucios são uma forma de comunicação sem pensamento. Entretanto, já nos primeiros meses, na fase pré-intelectual, a função social da fala já é aparente: a criança tenta atrair a atenção do adulto por meio de sons variados. Até por volta dos dois anos, a criança possui um pensamento pré-lingüístico e uma linguagem pré-intelectual, mas a partir daí, eles se encontram e se unem, iniciando um novo tipo de organização do pensamento e da linguagem. Nesse momento, surge o pensamento verbal e a fala racional. A criança descobre que cada objeto tem seu nome e a fala começa a servir ao intelecto e os pensamentos começam a ser verbalizados.

Linguagem não é apenas uma expressão do conhecimento adquirido pela criança, a linguagem tem um papel essencial na formação do pensamento e do caráter do indivíduo. Para Vygotsky, todas as atividades cognitivas básicas do indivíduo ocorrem de acordo com sua história social e acabam se constituindo no produto do desenvolvimento histórico-social de sua comunidade.

2.3. Contribuições de Wallon

A base da teoria de Wallon é o ser humano de forma integrada no que se refere ao desenvolvimento, pois não é possível estudar, de forma isolada determinado aspecto do ser humano, este engloba vários campos funcionais da atividade infantil (afetivo motor e cognitivo). O ser humano é geneticamente social e sua origem encontra-se na infância que é marcada por conflitos e contradições, estes resultantes das condições do ambiente e da maturação que vai alternando o comportamento das crianças.

O teórico assegura que para entender o desenvolvimento da criança é necessário voltar-se para seu contexto histórico e social. A afetividade é o centro dessa teoria, pois a partir dessa é que a criança se desenvolve. Para Wallon (1981), são quatro as fases que a criança passa em seu desenvolvimento, que são: impulsiva emocional, sensório motor e projetiva personalismo e período escolar.

A primeira impulsiva emocional onde a emoção está mais voltada para si, acontece até um ano de idade. Entre um e três anos, criança encontra-se numa etapa em que a energia é canalizada para a ação, o movimento. É a etapa sensório-motor e projetiva. Nessa etapa começa a descobrir a qualidade das coisas, faz uso de uma inteligência prática para suprir a necessidade de conquista de autonomia. Tem como característica a exploração, nesta etapa a esfera cognitiva é muito mais evidente que a emocional.

Dos três aos cinco anos, fase do personalismo, a esfera afetiva reassume posição de destaque. É a busca do enriquecimento do 'eu'. Há nesta fase dois conflitos: mudança de cognição para emoção, negação e incorporação do outro. Ao final desses conflitos espera-se o fortalecimento da identidade pessoal.

Na fase seguinte surge o conflito entre o sujeito e o outro, retomando à fase cognitiva. Esta se denomina categorial ou período escolar. Embora ao longo do desenvolvimento haja uma alternância entre cognição e afetividade, ambas mantêm entre si uma reciprocidade.

A teoria Walloniana atribui grande importância à emoção, que é um tipo de manifestação da afetividade. Segundo esse teórico a função básica de todo comportamento emocional é essencialmente social. Dantas, 1990, p.15 “quem sustenta o pensamento no início é a motricidade, que será depois inibida pelo pensamento”.

Assim as instituições de Educação Infantil podem promover atividades onde o correr, pular e rolar sejam valorizados. Ao longo do desenvolvimento, são diferentes as necessidades

que devem ser atendidas para que as aprendizagens aconteçam.

3. METODOLOGIA

Para execução deste trabalho será feita uma pesquisa de natureza qualitativa e descritiva. Na pesquisa descritiva os estudos procuram opiniões ou projeções futuras nas respostas colhidas. Baseia-se na premissa que os problemas podem ser resolvidos e as práticas em questão podem ser revistas e melhoradas através de descrição e análise do que foi coletado. Destacam-se neste tipo de pesquisa os questionários, entrevistas e observações.

Pesquisa do tipo descritiva tem características essenciais capazes de identificá-la, como:

- a. o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental;
- b. o caráter descritivo;
- c. o significado que as pessoas dão às coisas e à vida;
- d. enfoque indutivo.

a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (Minayo 1995, p.21- 22):

Assim percebe-se que esta pesquisa envolve a obtenção de dados com as entrevistas realizadas e nessa perspectiva volta-se mais para o processo que para o produto, com a preocupação de retratar a perspectiva dos participantes em interação.

O local escolhido foi um Centro de Educação Infantil CEI da periferia de Fortaleza pertencente ao sistema público municipal e que atende crianças de 1 a 3 anos de idade. Antes de ir a campo foi necessário um estudo sobre a legislação que atende à Educação Infantil e especificamente a essa modalidade.

3.1. Procedimentos e instrumentais adotados

Dentro da perspectiva de uma pesquisa de campo os dados colhidos através dos seguintes instrumentais: uma entrevista com a coordenadora CEI, questionários com professoras, pais de alunos e funcionários e uma observação de caráter simples e sistematicamente planejada. A observação visa voltar um olhar atento a todos os sujeitos envolvidos como professores, funcionários, alunos, pais. A observação do cenário, como as pessoas se relacionam a linguagem usada entre professor e criança, professor e professor,

professor e pais, professor e coordenador entre outros envolvidos, também fará parte desse trabalho. A opção pela observação se deve ao favorecimento da percepção direta da rotina desenvolvida na escola, respeitando a espontaneidade dos sujeitos envolvidos nos diferentes processos.

A observação é uma técnica de pesquisa, que também se realiza por meio de entrevistas, pode ser participante, caracterizada pela participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo, a observação participante é uma tentativa de colocar o observador e o observado do mesmo lado, tornando-se o observador um membro do grupo de modo que vivam e trabalhem dentro do sistema de referencia dos observados.

A coleta de dados também contará com uma entrevista para a gestora e questionários semi-fechado para as quatro professoras. Quanto à entrevista esta representa um instrumento básico para a coleta de dados dentro da pesquisa qualitativa. A entrevista tem como objetivo principal obter informações sobre o objeto de estudo a partir da vivencia dos entrevistados.

Sobre esse recurso, Gil (1987, p. 113) afirma que o pesquisador pode formular perguntas ao entrevistado com o objetivo de obterem dados que interessam à investigação e que a entrevista é uma forma de interação social e uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

Lakatos e Marconi (1985) conceituam que se trata de um instrumento para recolher informação. É uma técnica de investigação composta por questões apresentadas por escrito a pessoas. No questionário as perguntas podem ser classificadas quanto a sua forma da seguinte maneira: Podem ser simples, quando direciona a pergunta para determinado conhecimento que se quer saber. Pode ser considerado aberto quando a resposta emite conceito abrangente. Quando o interrogado responde com suas próprias palavras e, por isso, são difíceis de tabular e analisar considera -se perguntas abertas. (LAKATOS E MARCONI, 1985).

A observação é uma técnica de pesquisa, que também se realiza por meio de entrevistas, pode ser participante, caracterizada pela participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo, a observação participante é uma tentativa de colocar o observador e o observado do mesmo lado, tornando-se o observador um membro do grupo de modo que vivam e trabalhem dentro do sistema de referencia dos observados.

3.2- Análises dos Dados

A partir da pesquisa de campo feita num Centro de Educação Infantil - CEI do Sistema Municipal de Educação de Fortaleza localizada na periferia da cidade realizou-se a análise dos dados ali coletados. Essa coleta é composta de questionários com as professoras, entrevista com a coordenadora, um pai e um funcionário, bem como a observação do cotidiano da instituição durante dois dias.

A observação tomou como ponto de partida o relacionamento entre todos que estão inseridos No CEI. No que se refere a família e instituição foi notório a forma que o CEI acolhe os pais, que por sua vez sentem-se aconchegados e mostram-se seguros ao deixar seus filhos ali para passarem todo o dia. Ao recebê-los no final da tarde percebe-se a satisfação dos mesmos ao vê-los banhados, cheirosos, alimentados e contentes.

O relacionamento entre a família e o CEI se dá de forma harmoniosa onde fica clara a confiança depositada pelas famílias à instituição. No que se refere ao relacionamento entre funcionários há cordialidade entre eles, os mesmos procuram se ajudar, embora se note uma necessidade que alguns tem de se sobressaírem aos outros, o que gera conflitos que são resolvidos pela Coordenação (gestão). Esta sempre procura ter um olhar diferenciado para compreender cada um dentro do seu contexto e dentro do que rege as obrigações deles. Os funcionários são terceirizados não tendo garantia de emprego, o que denota uma insatisfação e insegurança dos mesmos, que são pessoas simples sem formação superior e que à sua maneira fazem parte da história de vida daquelas crianças. No dia-a-dia da creche as crianças são bem tratadas por professores e funcionários que as atende prontamente e fazem as devidas intervenções em momentos de conflitos entre as mesmas.

A pesquisa possibilitou conhecer a gestão da creche e perceber que a mesma ocorre de forma democrática, onde todos os segmentos são ouvidos na tomada de decisões como: compra de material, levantamento dos problemas surgidos bem com na sua solução. Isto ficou claro quando ocorreu durante a observação um conflito surgido entre as manipuladoras de alimentos, as duas foram ouvidas, colocadas suas versões e o conflito mediado pela gestora de forma que os envolvidos concluíssem o que era melhor para ambas e para a instituição.

O gestor escolar tem de se conscientizar de que ele, sozinho, não pode administrar todos os problemas da escola. O caminho é a descentralização, isto é, o compartilhamento de responsabilidades com alunos, pais, professores e funcionários. Isso, na maioria das vezes, decorre do fato de o gestor centralizar tudo, não compartilhar as responsabilidades com os diversos atores da comunidade escolar. (Paro,2008,p130)

Com o foco na qualidade da educação, a gestão do CEI tem trabalhado com a

participação de todos e com a descentralização das decisões. Segundo a Coordenadora essa forma de trabalhar tem melhorado a cada dia o relacionamento nos diferentes segmentos da instituição.

A rotina das crianças é repleta de atividades que mostram o cuidar e o educar, deixando clara a sua indissociabilidade. Banho de sol, contação de histórias, teatrinho, rodinha de conversa, seis refeições, dois banhos, hora de dormir, atividades livres e muita brincadeira fazem parte do dia daquelas crianças que tem a oportunidade de exercitar a autonomia nas diferentes situações em que são expostas.

Ao observar a infra-estrutura da creche pode-se perceber que a mesma tem excelente estrutura física com espaço para as crianças brincarem livremente, banheiros adaptados a esta faixa etária, bem como bebedouros, cadeiras e mesas. As salas são amplas, iluminadas e arejadas. O número de alunos em sala é de 20 crianças para uma professora e uma auxiliar, o que não corresponde na íntegra ao que é exigido por lei que é: uma professora para um agrupamento de 6 a 8 crianças de até 2 anos e uma professora para um grupo de 15 crianças até 3 anos.

Na creche encontram-se espaços diferenciados onde as crianças possam escolher a que atividade realizar, sendo os materiais acessíveis as mesmas e sempre acompanhadas por um adulto que faz as devidas intervenções. A instituição possibilita às professoras momentos de planejamento onde avaliam, aprimoram seus registros e reorientam suas práticas.

Quanto à idade em cada agrupamento corresponde ao que é exigido por lei. Uma mudança ocorrida na data do corte etário modificou o ingresso das crianças na creche, ficando este ainda mais cedo o que levou a aumentar a demanda, ocasionando uma grande lista de espera por vaga na creche devida também ao local em que esta se localiza, uma grande comunidade com apenas duas creches. Esta realidade fere a Constituição e a LDB 9394/96 que rege que todos devem ter acesso a Educação Básica.

Os questionários aplicados às professoras possibilitaram um conhecimento sobre a visão do corpo docente sobre o trabalho realizado na instituição. Com conhecimento em Educação Infantil as mesmas têm plena consciência da importância do trabalho desenvolvido, do desgaste físico necessário para o desempenho de suas tarefas e a responsabilidade trabalhar nessa modalidade de ensino.

A importância do brincar ressaltado no Referencial Nacional Curricular da Educação Infantil tem relevância no cotidiano das crianças da creche, demonstrando interesse dos profissionais da educação que regem a instituição por este item no desenvolvimento infantil, bem como a oralidade, a fantasia e as produções espontâneas.

As vivências das crianças e suas produções são conhecidas pelas famílias nos encontros realizados periodicamente, através dos relatórios recebidos pelos pais. Os mesmos têm grande frequência em todos os encontros que a creche promove sejam eles festas, discussões ou outros eventos. Este segmento considera a creche como um espaço onde as suas crianças são cuidadas para que eles possam trabalhar, não consideram que haja aprendizagem.

A percepção do contexto dessa instituição proporciona a valorização de um trabalho com diferentes sujeitos em suas diferentes histórias de vida com seus sonhos, desejos, decepções, valores, crenças e conhecimentos que procuram manter uma sintonia no que é realizado no CEI.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa possibilitou verificar que existe uma legislação voltada para Educação Infantil e, que na instituição escolhida para investigação ela é cumprida respeitando o desenvolvimento infantil de acordo com o que se tem de legal como a LDB, o RCNEI e a Proposta Pedagógica da Educação Infantil em Fortaleza, entre outros.

Assim, foi possível atender aos objetivos determinados onde o cotidiano da instituição foi comparado ao que está determinado para Educação Infantil e as ações gestoras foram analisadas dentro de uma perspectiva democrática.

Com o estudo de teóricos como Piaget, Wallon e Vigotsky percebemos que a teoria interacionista contribui para percebermos a criança como sujeito dos conhecimentos através da ludicidade, dos movimentos e da afetividade. Essa compreensão fica clara dentro dessa instituição ao visualizarmos espaços criados pela gestão do CEI e com os recursos da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza.

A preocupação dos órgãos competentes no que se refere à estrutura física, ao mobiliário, aos jogos educativos, aos brinquedos, aos utilitários usados no CEI e à alimentação mostram um diferencial em proporcionar às crianças condições necessárias para seu desenvolvimento.

O cuidar e educar são vividos no cotidiano do CEI e no contexto da Educação Infantil essas duas ações são vistas de forma indissociável de maneira compartilhada e ressignificada através dos momentos proporcionadas às auxiliares de salas, porteiros vigias, manipuladores de alimentos e zeladoras nos cursos oferecidos pelo Distrito de Educação e Secretaria Municipal de Educação – SME.

As emoções, os significados, os motivos, as aspirações, as crenças, os valores e as atitudes de todos que participaram dessa pesquisa através dos instrumentais utilizados foram de grande relevância para essa pesquisa, pois possibilitou conhecer a realidade com certa proximidade, valorizando as relações entre os pares que se dão dentro da instituição.

Os resultados da análise dos dados mostraram que a prática pedagógica é construída de modo a pôr em prática as teorias interacionistas e a se aproxima da legislação vigente, embora em alguns aspectos a gestão da instituição vai depender de políticas públicas educacionais que priorize a criança, como por exemplo, a demanda de vagas que é muito grande e o CEI não consegue absorver devido estar localizada dentro da comunidade, que

muito necessita da instituição. Isto ocorre devido a mãe precisar colocar o filho na creche para ir trabalhar. Este ainda é um motivo muito forte que se observa em detrimento da importância do educar, na ótica das famílias, o que muda após o ingresso da criança na instituição.

As políticas públicas de Educação Infantil de Fortaleza- CE nos últimos anos tem dado um grande salto no que se refere ao olhar dado às crianças na idade de zero a três anos, principalmente.

Há cerca de oito, dez anos os CEIs eram creches administradas por associações de bairros e mantidas pelo Governo do Estado. A maioria não passava de um local onde as crianças apenas passavam o dia para a mãe ir ao trabalho. Atualmente, temos quase todos os CEIs municipalizados e contam com uma gestora que é a coordenadora e é servidora efetiva do município, as professoras são todas concursadas e com a exigência de nível superior. As instituições são contempladas com os programas do Governo Municipal e Federal que são respectivamente PMDE e PDDE. Estes recursos financeiros são usados para a compra de material pedagógico, de limpeza e de escritório, bem como a compra de material como TV, som, móveis e outros.

Algumas creches que ainda não foram totalmente municipalizadas são acompanhadas pela SME, recebem recursos financeiros da mesma embora não seja o programa PMDE, porém são contempladas pelo PDDE programa do Governo Federal, Há uma coordenadora que é servidora do município, mas as professoras são contratadas pela SME.

Todas as profissionais tanto das instituições que foram municipalizadas ou não recebem acompanhamento e suporte técnico da SME, as coordenadas participam de reuniões com os grupos da Educação Infantil do Distrito de Educação e da SME mensalmente.

Estudar e analisar a Legislação vigente sobre Educação Infantil num CEI pressupõe uma necessidade de aprofundar este estudo e investigar mais creches e instituições de pré-escola em diferentes contextos, para que se possa a partir da realidade sugerir construção de mais prédios para atender a demanda existente, bem como atender às necessidades do cotidiano infantil.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

ABRAMOVAY, Miriam e KRAMER, Sonia. O Rei está nu: um debate sobre as funções da pré-escola. **Cadernos Cedes**, São Paulo, v. 1, n. 9,

BRASIL. Congresso Nacional, (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal.

_____ (1991). Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília.

_____ (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei no 9394, de 20 de dezembro. Brasília.

_____ Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC, 1998a.

DANTAS, H. *A infância da razão*: uma introdução à psicologia da inteligência de Henri Wallon. São Paulo: Manole, 1990.

FERNANDES, Antonio Sergio Araujo. **Políticas Públicas: Definição evolução e o caso brasileiro na política social**. IN DANTAS, Humberto e JUNIOR, José Paulo M. (orgs). **Introdução à política brasileira**, São Paulo. Paulus. 2007.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas da pesquisa social*. São Paulo: 1987.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce. 3ªed. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

MARCONI, Marina de A. & LAKATOS, Eva. M. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1985.

MEKSENAS, Paulo. **Cidadania, Poder e Comunicação**. São Paulo ed. Cortez, 2002.

MINAYO, Maria C.S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 6 ed. Petrópolis : Vozes, 1996.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. 15 ed. São Paulo Cortez, 2008.

PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. IN Sociologias nº 16. Junho/dezembro 2006, p. 20-45.

VERZA, Severino Batista. **As Políticas Públicas de Educação no Município**. Ijuí ed. UNIJUÍ, 2000

VIGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

WALLON. **As origens do pensamento da criança**. São Paulo: Manole, 1989.